

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 687.251 - SP (2015/0068831-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ANSETT TECNOLOGIA E ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO : CRISTIANO GUSMAN - SP186004
AGRAVADO : DIVEO DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA
ADVOGADOS : NADIME MEINBERG GERAIGE - SP196331
LUIZ ROBERTO HIJO SAMPIETRO E OUTRO(S) - SP208254

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 544 do CPC/73), interposto por **ANSET TECNOLOGIA E ENGENHARIA S/A, em recuperação judicial**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 379/380, e-STJ).

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Cobrança - Contrato de prestação de serviços de informática - Empresa devedora em recuperação judicial - Habilitação do crédito no plano de recuperação judicial - Desnecessidade - A recuperação judicial atinge apenas os credores existentes ao tempo da impetração do benefício - Constituição do crédito da autora que depende do trânsito em julgado da sentença condenatória - Trata-se de crédito superveniente ao pedido de recuperação e, portanto, não o sujeito ao plano de recuperação judicial aprovado em juízo - Inteligência dos arts. 49 e 59 da Lei 11.101/2005. Recurso da ré negado.

Cobrança - Sucumbência recíproca - Existência da dívida o reconhecida, porém em valor substancialmente inferior ao postulado na inicial - Acolhimento parcial do pedido implica a repartição proporcional da sucumbência, nos termos do art. 21 do CPC - Autora deve arcar com 90% das custas processuais e honorários advocatícios da parte contrária. Recurso da autora negado.

- Honorários de sucumbência - Honorários advocatícios arbitrados em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), valor que se afasta do princípio da razoabilidade e equidade (art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC) - Valor reduzido e arbitrado por equidade em R\$ 4.000,00 - Recurso da autora provido em parte.

Recurso da autora provido em parte e negado ao do réu

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (fls. 293/303, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta pela versa sobre ação de cobrança visando o recebimento de valores, em decorrência do inadimplemento dos contratos de serviços de informática celebrados. O Juízo de piso julgou parcialmente procedente. O Tribunal de origem deu parcial provimento ao reclamo.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente aponta ofensa aos artigos 535, CPC/73, 49 e 59, da Lei 11.101/2005. Sustenta, em síntese, negativa de prestação jurisdicional, assim como que o débito discutido deve se submeter ao plano de recuperação judicial.

Contrarrazões (fls. 339/344, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, sob o fundamento de que não houve negativa de prestação jurisdicional, bem como rever o entendimento do Tribunal de origem demandaria o reexame de fatos e provas.

Irresignada (fls. 383/389, e-STJ), aduz a agravante que o reclamo merece trânsito, uma vez que o seu recurso preenche os permissivos constitucionais.

Contraminuta às fls. 392/400 (e-STJ), sustentando o acerto do *decisum* hostilizado.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo não merece prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 1973 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. Quanto à apontada violação do artigo 535, do CPC/73, não assiste razão à recorrente, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia. (**Precedentes: AgRg no Ag 1.402.701/RS**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 06.09.2011; **REsp 1.264.044/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 08.09.2011; **AgRg nos EDcl no Ag 1.304.733/RS**, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 23.08.2011, DJe 31.08.2011; **AgRg no REsp 1.245.079/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16.08.2011, DJe 19.08.2011; e **AgRg no Ag 1.407.760/RJ**, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 09.08.2011, DJe 22.08.2011).

Destaque-se, por oportuno, que a matéria apontada como omitida - aplicabilidade dos artigos 49 e 59, da Lei 11.101/2005 - foi objeto de debate pela Corte local, consoante denotam os seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 300/, e-STJ):

"[...] A presente ação de cobrança foi distribuída em 25/03/2008 (fl. 02) e a sentença de parcial procedência proferida em 27/06/2011 (fl. 240). **Dispõe o art. 59 da Lei nº 11.101/05:** "O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no §.1º do art. 50 desta Lei. [...] **O caput do art. 49 da Lei nº 11.101/05** é claro ao dispor: "Estão sujeitos à recuperação todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos". Assim, somente os créditos constituídos anteriormente ao pedido (de recuperação judicial submetem-se aos efeitos do plano de recuperação aprovado em juízo. [...] No caso, verifica-se que na data do pedido de recuperação judicial (23/01/2008) a autora não possuía o crédito constituído em face da empresa ré, tendo em vista que o ajuizamento da presente ação condenatória ocorreu em 25/03/2008, proferindo-se sentença em 27/06/2011."

Portanto, verifica-se que a controvérsia foi integralmente solucionada pelo Tribunal de origem, com fundamento suficiente, não estando caracterizada a ofensa ao artigo 535 do CPC/73 (art. 1.022, CPC/15), **pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional**, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE.

1. Não há falar em ofensa ao art. 1022 do CPC/15, porquanto todas as questões fundamentais ao deslinde da controvérsia foram apreciadas pelo Tribunal a quo, sendo que não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a mera decisão contrária ao interesse da parte, tal como na hipótese dos autos.

2. A matéria debatida pela parte recorrente encontra-se pacificada nesta Corte Superior nos termos do que decidido pelo Tribunal local, no sentido de que a presunção de veracidade da condição de hipossuficiência do postulante da assistência judiciária gratuita é relativa, e não absoluta, não acarretando o acolhimento automático do pedido. Precedentes.

3. Outrossim, a pretensão de que seja avaliada pelo Superior Tribunal de Justiça a condição econômica da parte agravante exigiria o reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1372130/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)

3. No mérito, consoante entendimento sedimentado desta Corte Superior, os créditos constituídos **após o pedido** de recuperação judicial não estão submetidos ao seu regime e, neste caso, apenas os atos de constrição e alienação do patrimônio da empresa recuperanda devem ser submetidos ao juízo universal.

Confira-se:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. ATOS DE CONSTRIÇÃO DE BENS E VALORES DA RECUPERANDA.

1. Nos termos da pacífica jurisprudência do STJ, "com a edição da Lei 11.101/05, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o juízo universal para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais (...)", (CC 90160/RJ, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Seção, DJe 5/6/2009).

2. Desse modo, apenas os atos de execução que afetem a recuperanda são de competência do Juízo da recuperação, não atraindo o processamento da recuperação a competência universal para o processo e julgamento de quaisquer ações de interesse da recuperanda, no polo ativo ou passivo, como parece se depreender do voto condutor do acórdão embargado.

3. A decisão do presente conflito está limitada aos processos judiciais mencionados na inicial, nos quais praticados atos de constrição de bens da recuperanda pelos magistrados em conflito, não tendo a abrangência erga omnes postulada pela suscitante, uma vez que não se cuida de processo abstrato.

4. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.

(EDcl no CC 101.552/AL, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 17/09/2018)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - CRÉDITO TRABALHISTA CONSTITUÍDO APÓS O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - ATO EXPROPRIATÓRIO ORDENADO PELO MAGISTRADO LABORAL GENÉRICO E SEM QUALQUER RESSALVA - ANTE A ESPECIFICIDADE DO CASO, COMPETE AO JUÍZO UNIVERSAL AVALIAR ACERCA DA ESSENCIALIDADE OU NÃO DO BEM AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA - PRECEDENTES DO STJ.

1. Tratando-se de crédito trabalhista constituído depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial, está excluído do plano e de seus efeitos (art. 49, caput, da Lei n.º 11.101/2005).

2. Ante a determinação de ato expropriatório genérico e sem ressalva determinado pelo magistrado trabalhista para a satisfação do crédito executado, compete ao juízo universal exercer o controle sobre atos de constrição patrimonial. Precedentes do STJ.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do juízo da recuperação judicial.

(CC 129.720/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/10/2015, DJe 20/11/2015)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACÓRDÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS PRECEITOS DITOS INFRINGIDOS. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO. CONSTITUIÇÃO A POSTERIOR DO DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PLANO DE RECUPERAÇÃO. NÃO SUBMISSÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não se conhece de recurso especial fundado na alínea "a" se o preceito legal dito violado não foi prequestionado pelo acórdão, ainda que opostos embargos de declaração. Súmulas 282 e 356 do STF.

2. De acordo com o art. 49 da Lei 11.101/2005, apenas os créditos existentes na data do pedido estão sujeitos à recuperação judicial.

3. Créditos posteriores ao pedido de recuperação não se submetem aos seus efeitos.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 1341292/PE, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 26/11/2015)

4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor fixado na instância de origem, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

